



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 1
jan-abr.2024
p. 173-185

Transfobia e não binariedade: o regime da diferença sexual e a régua cisgênera

(Transphobia and non-binarity: the regime of sexual difference and the cisgender rule)

(Transfobia y no binaridad: el régimen de la diferencia sexual y la regla cisgénero)

Lucas Silva Dantas¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo histórico do regime monossexual e da diferença sexual, termos elaborados por Preciado (2022), e de que maneira eles impactam nas construções de gênero e na manutenção da transfobia, aliado aos padrões da cisgeneridade; e analisar de que maneira a transfobia recai sobre as corporalidades trans não binárias cobrando uma coerência entre estética, passabilidade e gênero, para além das múltiplas formas de violência que assolam toda a comunidade trans de formas diversas. É um convite a ultrapassar as convenções da régua cisgênera, que continua a medir os corpos trans e a definir suas categorias de pertencimento e desumanidade. Para a construção dessa reflexão são utilizados autores como Preciado (2022), Bento (2016), Tonhon (2016), Quinalha (2022), entre outras autorias.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Diferença sexual; Não binariedade; Transfobia.

Abstract: This article aims to reflect on the historical process of the monosexual regime and sexual difference, terms created by Preciado (2022), and how they impact on gender constructions and the maintenance of transphobia, allied to cisgender standards. To analyze how transphobia affects non-binary trans corporalities, demanding a negotiation between aesthetics, passability and gender, in addition to the multiple forms of violence that plague the entire trans community in different ways. It is an invitation to go beyond the conventions of the cisgender rule, which continues to measure trans bodies and define their categories of belonging and inhumanity. For the construction of this reflection, authors such as Preciado (2022), Bento (2016), Tonhon (2016), Quinalha (2022), among other authors, are used.

Keywords: Gender; Sexual difference; non-binary; Transphobia.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el proceso histórico del régimen monossexual y la diferencia sexual, términos creados por Preciado (2022), y cómo impactan en las construcciones de género y el mantenimiento de la transfobia, aliada a los estándares cisgénero. Analizar cómo la transfobia afecta las corporalidades trans no binarias, exigiendo una negociación entre estética, pasabilidad y género, además de las múltiples formas de violencia que aquejan a toda la comunidad trans de diferentes formas. Es una invitación a ir más allá de las convenciones de la regla cisgénero, que sigue midiendo los cuerpos trans y definiendo sus categorías de pertenencia e inhumanidad. Para la construcción de esta reflexión se utilizan autores como Preciado (2022), Bento (2016), Tonhon (2016), Quinalha (2022), entre otros autores.

Palabras clave: Género; Diferencia sexual; no binario; Transfobia.

¹ Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade / PUC São Paulo.
E-mail: lucaseducadore@gmail.com



Nem na época nem hoje, não pedi que me ‘dessem’ liberdade. Os poderosos não cessam de prometer a liberdade, mas como poderiam dar aos subalternos algo que eles mesmos não conhecem? Paradoxo: aquele que amarra está tão amarrado quanto aquele em quem as cordas estão trançadas (Preciado, 2022, p. 22).

1 O regime da diferença sexual

Para Preciado (2022) o regime da diferença sexual pode ser definido como um regime político, histórico, epistemológico, que se cristalizou na segunda metade do século XIX, como um sistema de “[...] representações, a um conjunto de discursos, instituições, convenções, práticas e acordos culturais (sejam eles simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos) que permitem a uma sociedade decidir o que é verdadeiro e distingui-lo do que é falso” (Preciado, 2022, p. 50). O homem e a mulher verdadeiros foram forjados no regime da diferença sexual, em seus órgãos, anatomias, cromossomos e verdades, numa época em que não se enunciava e nomeava a cisgeneridade.

O regime da diferença sexual, para Preciado (2022), substituiu historicamente uma epistemologia monossexual que dominou o ocidente até o século XVII, na qual só existia o homem enquanto perfeição e natureza, sendo a mulher seu avesso, constituindo uma anti-humanidade, um antisujeito. Antes do regime da diferença sexual, que constrói uma estética da diferença sexual entre homens e mulheres, a mulher não era considerada sequer um sujeito, quanto menos um sujeito político, uma existência que reivindica a resistência, era a antítese, o antônimo, o contrário, o oposto da benção, a maldição.

Antes do século XIX, a ‘mulher’ não existia nem anatomicamente nem politicamente como uma subjetividade soberana. O paradigma monossexual funcionaria segundo um ‘sistema de semelhanças’ no qual o corpo feminino estaria representado como uma variação hierarquicamente inferior do masculino. O corpo das mulheres não seria reconhecido como uma entidade anatômica, como um sujeito político, tendo existência ontológica, autônoma e plena. Antes do século XVIII, a vagina era um pênis invertido, o clitóris e as trompas de Falópio não existiam e os ovários eram testículos interiorizados (Preciado, 2022, p. 53).

É no regime da diferença sexual que a mulher emerge como sujeito e como sujeito político, que insurge contra o sistema monossexual, o poder patriarcal, a submissão e a subserviência. É na possibilidade de romper a universalidade do homem, de dismantelar o sistema patriarcal, que as articulações e resistências coletivas, organizadas, formuladas através do feminismo, urgem o seu grito de existência contra a invisibilidade. Ainda assim, se considerarmos a interseccionalidade (Akotirene, 2019) veremos que esse homem e essa mulher também estão atravessados por uma questão de raça e classe, visto que as mulheres negras, por exemplo, não eram sequer consideradas sujeitos.

No entanto, um entendimento que associa vagina – mulher – feminino/ pênis – homem – masculino continua sendo gestado e explorado anatomicamente de diversas formas pela ciência.



A binariedade se torna a nova obsessão, as possibilidades de continuar mantendo a constituição de família como um lugar de refúgio contra as revoluções que ameaçam o sistema se reconfigura com novas linguagens, tudo parece uma ameaça, mas o homem e a mulher não morrem nunca, redesenham-se.

O regime monossexual e, posteriormente, o da diferença sexual nos trouxeram até aqui, construindo e naturalizando uma binariedade incessante que, mais do que uma estética, manifesta-se no entendimento do que é a vida, do que é a existência humana, construindo em nós suas imagens de controle, sua constelação de poder, conforme nos ensina Patricia Hill Collins (2019) e Winnie Bueno (2020), instaurando a fixação e a limitação pela estética da binariedade, pela supremacia cis-masculina-branco-heterocêntrica, pela aniquilação das existências e subjetividades que não se encontram, se mapeiam e inexistem no regime da diferença sexual, no império das genitálias e das anatomias, que constroem verdadeiramente homens e mulheres “normais”, “naturais”, em sua “essência divina”. O regime da diferença sexual se torna então uma sobreposição patriarcal.

2 O gênero

Na segunda metade do século XX, a insurgência por pensar, expandir, enlanguescer e dissecar o monopólio da diferença sexual emerge como uma resposta epistemológica através do conceito de gênero, que historicamente coloca em xeque o império da naturalidade binária, biológica, anatômica. Por isso, para Bento (2016, p. 7), “[...] gênero tornou-se uma palavra abjeta, um palavrão impronunciável”, porque questiona o que era inquestionável, porque desmonta a suposta natureza para expor sua artificialidade, porque ultrapassa os limites da biologia para confrontar com as construções históricas do que é um homem, uma mulher, o masculino, o feminino, o que é um corpo, uma identidade, o que é uma patologia da anti-humanidade.

Da mesma forma que avançamos na desnaturalização da categoria ‘raça’ ao desmontar os argumentos ‘científicos’ de que havia espécies humanas biologicamente inferiores e superiores, agora chegou a vez de negarmos o império dos hormônios e das genitálias como os demiurgos dos nossos desejos. O último reduto do determinismo biológico está nas concepções hegemônicas sobre os gêneros. A beleza da diversidade das expressões de gênero não pode ser confinada nos hospitais, nos hospícios, nas prisões. Por muito tempo, a criminalização e a patologização eram os lugares discursivos reservados para os ditos ‘anormais’. E, claro, a cereja do bolo da imensa festa da desumanização era a noção de pecado. Mas a vida é plural. Os sujeitos são diversos. Finalmente, as masculinidades e feminilidades se libertaram das amarras do pecado e dos cromossomos. Não voltaremos para os espaços confinados e confessionais porque a ‘natureza’ do gênero está em não ter natureza (Bento, 2016, p. 9).

A suposta natureza dos gêneros forjou e construiu as mais diversas áreas do conhecimento e funcionou como base para a leitura de mundo. Um mundo onde só é possível existir homens e mulheres, sexualidade heterossexuais, sequer nomeadas porque representam a natureza da



complementação e da procriação, em que a norma não se nomeia e o que não é a norma é patologia. Áreas do conhecimento que continuam arraigadas no regime da diferença sexual, como a própria psicanálise descrita por Preciado (2022), sem se dar conta da pluralidade do mundo. Esse mundo gestado, construído, manipulado para a violência, o poder e a subserviência, que para ser entendido exige que olhemos além dos regimes da binariedade e compreendamos a volta epistemológica que a noção de gênero traz.

Falar gênero é “[...] explicitar relações de poder que atravessam/constituem os corpos e que sustentam a biopolítica (Michel Foucault, Nascimento da Biopolítica). Para além de afirmar que ninguém nasce mulher (Simone de Beauvoir, O Segundo Sexo), ninguém nasce homem: torna-se” (Bento, 2016, p. 7). Esse “tornar-se” foi por muito tempo uma ação impossível no regime anatômico monossexual e da diferença sexual, um ataque ao divino e a essência, uma patologia da anti-humanidade. Gênero é justamente a porta por onde pode se passar a rebeldia de construir-se num regime que se demarca pelo corpo já dado como natural, e que, portanto, não pode ser moldado ou modificado.

A insurgência do gênero enquanto movimento epistemológico pressupõe autodeterminação, um movimento contra a determinação que nos sucede, dado a construção naturalizada dos gêneros, no nascimento ou até mesmo antes dele, nos ultrassons e chá revelações da vida. Determinar-se é o poder de insurgir contra um sistema que te aniquila e te define, é a possibilidade de dismantelar as ficções generificadas, pois como diria Lorde (2021), “se não me definisse por mim mesma, seria esmagada nas fantasias de outras pessoas por mim e seria comida viva.” Assim, somos comidas vivas, determinadas e interpeladas grande parte da vida. A transição é uma zona de risco, uma linha tênue entre a vida e a morte, um lapso entre a existência e a inexistência social, a emergência de um novo sujeito político.

Se a mulher não era sequer mencionada como um sujeito político, os corpos trans historicamente não passavam de monstros e aberrações disformes, apesar dos inúmeros territórios investigados que narram existências ancestrais de corpos e sujeitos que viviam sem serem decodificados como homens e/ou mulheres, como expresso nos trabalhos de Aguilar (2017) e Benevides (2021). A inexistência política e o apagamento sistêmico, produzidos em grande parte no ocidente, mas também no restante do mundo, são reproduzidos na linguagem e por isso, historicamente, as não binariedades encontram-se fraturadas e rasuradas na existência da nomeação, ainda que o corpo seja um território vivo e por si só demarque sua presença.

A despeito da forma como nos autodeterminamos como pessoas não binárias somos interpeladas, assim como todas as identidades trans, acerca do que se espera esteticamente,



arquetipicamente, estereotipicamente, de uma pessoa não binária. Como deve ser esse corpo, que pronomes pode reivindicar, como deve ser chamado, o que é necessário para dizer-se trans, quem pode ou não pode ser trans, quem tem ou não mais passabilidade. Então nos esquecemos dos ideais regulatórios do regime da diferença sexual, da estética atrelada a anatomia, da recusa que travamos quando rompemos com a cisgeneridade. Que lugar é esse que se espera de um não lugar? Qual é a norma que se introjeta depois de abandonar a norma?

3 O relato como metodologia

Para construir este artigo, utilizo o relato como metodologia a ser construída ao longo de todo o trabalho, trazendo vozes de diversas autorias, utilizadas neste texto, que fazem o mesmo movimento que aqui se pretende. Para os estudos de gênero e sexualidade, a vivência se torna um elemento importante na construção de narrativas que não estejam alicerçadas somente nas pesquisas, dados ou referenciais teóricos consagrados. Falar a partir do próprio corpo, sendo esse um corpo dissidente de gênero e sexualidade, é ultrapassar barreiras e sistematizar questões que, ao serem elaboradas e reelaboradas teoricamente, tornam-se também alimento epistêmico.

No trabalho de Preciado (2022), Tonhon (2016), Bento (2016) e Quinalha (2022) podemos observar o movimento de proximidade com o objetivo de estudo e a temática que está sendo trabalhada, pensando que a proximidade, neste sentido, torna-se potência, possibilidade de enxergar as nuances, profundidades e frestas a serem abertas e analisadas. Trago neste texto a minha experiência enquanto pessoa trans não binária, que tentou e continua tentando elaborar ao longo de todos esses anos questões sobre a construção política desta identidade, que ainda carece de referenciais teóricos a serem pensados nas suas mais diversas formas e questões. Falar a partir do meu corpo e do encontro com tantos outros corpos, vozes e escritos é a maneira que encontrei metodologicamente para desenvolver uma reflexão acerca da transfobia e da não binariedade.

Seja na teoria através da produção acadêmica, na vivência através da transestralidade, ou na articulação política através do movimento social, as questões de gênero e sexualidade estão colocadas em sociedade em diversos fatores na sua integralidade. Enquanto pesquisadores, formadores e sujeitos que desejam imergir nessa discussão precisamos compreender esses 3 eixos como produtores de saberes e ações que produziram historicamente cortes e fissuras contra a cisheteronormatividade. Parte da colonialidade do poder é não enxergar nos eixos não acadêmicos saberes e construções capazes de nos conduzir rumo a uma nova epistemologia de mundo. Honrar a transestralidade é honrar as transidentidades que nos antecederam e resistiram a sua maneira sem nem pensar um dia em habitar a escola e a universidade, valorizar os saberes e as propostas elaboradas pelos movimentos sociais é entender essa articulação política como essencial na linha de frente contra tudo aquilo que nos mata e aniquila, mas que também constrói a sua maneira potencialidades pedagógicas (Dantas, 2022, p. 117).

Assim, é possível perceber que as questões de gênero e sexualidade estão sendo constantemente reelaboradas pelos movimentos sociais, pela produção acadêmica e pelos próprios



corpos que vivem, se autodeterminam, escrevem sobre si, sobre suas comunidades, seu lugar social, denunciam, elaboram propostas e reflexões a partir do seu lugar no mundo. Portanto, não se trata apenas de um relato individualizado, mas localizado dentro de um sistema cisgênero e heteroterrorista que circunscreve suas dissidências no mundo. Ao refletir sobre elas, é preciso olhar para uma série de perspectivas plurais, sistematizadas de diversas maneiras, que aqui neste trabalho se encontram em meio ao que cada uma de nós relata, escreve, denuncia, propõe.

4 A régua cisgênera

Interpelada por também reivindicar o pronome feminino, fui enquadrada por uma outra pessoa pertencente a mesma comunidade trans que faço parte, sobre como eu não era “boneca” o suficiente para reivindicar o “ela”. Entendendo boneca, neste contexto, enquanto uma passabilidade que se aproxima dos padrões da feminilidade. Tive que ouvir como exemplo sobre outra pessoa o quanto era ofensivo que ele se reivindicasse como um homem trans tendo uma passabilidade feminina. Naquele momento, entendi que não haveria troca ou diálogo algum, mas me ocorreu o pensamento de que para reivindicar-se trans é necessário adentrar uma nova cisgeneridade, uma passabilidade que me permita reivindicar o artigo feminino ela, que me permita dizer quem eu sou, que me enquadre em um arranjo criado e moldado pelo regime da diferença sexual, esse mesmo que nos molda na generificação cisgênera e que tem assassinado parte de nossa comunidade por não existir de acordo com o ordenamento das normas da diferença sexual.

Ocorreu-me recusar a cisgeneridade se não tivesse sido suficiente que eu não tivesse que apresentar uma concordância entre a correlação vagina – mulher – feminino/ pênis – homem – masculino, mas dessa vez a correlação que estava me sendo posta dizia respeito à cobrança por passabilidade para reivindicar o ela, ser boy para reivindicar o ele. Pensei, ainda, se a violência que uma pessoa trans passável sofre – dentro dos ideais do que é se “passar por”², tendo como medida a cisgeneridade, quando tem seu pronome trocado ou seu nome morto evocado, quando tem sua identidade de gênero desrespeitada – já não é suficiente para nos mostrar que a transfobia não se resolve com a passabilidade. A transfobia é uma estrutura de negação das vidas trans que atua em todas as instâncias e etapas, inclusive no próprio pensamento consciente ou inconsciente quando cobramos coerência anatômica e estética de uma existência que recusou para si a cisgeneridade.

“Não viaja, colega! ‘a pessoa lá’ não roubou direito de ninguém por ter barba e reivindicar seu nome social”. É assim que começa o texto “Tire sua régua cis do meu corpo trans e/ou transfobia

2 A expressão “passar por” refere-se ao termo passabilidade, que pode ser entendido como uma forma de “[...] se referir aquelas pessoas que devido a sua expressão de gênero, aliada a atributos físicos e outros elementos, são entendidas como se fossem pessoas cisgêneras” (Benevides, 2022, p. 60).



nossa de cada dia”, escrito por Magô Tonhon, publicado em 2016 na plataforma Transfeminismo. O texto, cujo título expressa por si só sua essência, é uma provocação a essa régua que recai sobre corpos trans, essa régua cuja origem é a própria epistemologia da diferença sexual na generificação cisgênera, que espera adequação estética, anatômica e social.

Dentro deste entendimento uma das ‘facetas’ do gênero, veja bem UM DOS ELEMENTOS por meio do qual podemos identificar e localizar o gênero é a autodeterminação, a identidade subjetiva individual. Quando a gente entra nessa seara, todo tipo de enunciação pode acontecer. E eu não me dou o direito de zombar de quem quer que seja, pela pessoa não se enquadrar em qualquer elemento que para mim seja possível de assimilar a identidade que reivindica pra si. Sabe por quê? Porque a pessoa já nega um primeiro enquadramento quando se reivindica trans. Não seria incoerente que se houvessem outros com o qual essa pessoa devesse cumprir, feito uma tabela? Daí a incoerência de uma possível receita de como se tornar uma pessoa trans verdadeira! (Tonhon, 2016).

Dizer que pessoas trans não passáveis, ou não masculinizadas/feminilizadas o suficiente, ao reivindicarem os pronomes femininos, masculinos e/ou neutros, enfraquecem as outras pessoas que lutaram historicamente para isso, é o mesmo que dizer que a presença de mulheres transexuais e travestis no feminismo e nas políticas públicas para este público enfraquece a luta das mulheres cisgêneras. Acabamos por reforçar justamente o que queríamos combater. Embora a estrutura recaia e viva através dos nossos corpos não é dos nossos corpos que provém a violência ou até mesmo o enfraquecimento da força que queremos que nos mantenha viva.

Dizer que nós, enquanto pessoas trans não binárias, que reivindicamos o feminino, enfraquecemos a luta das outras identidades transfemininas, por reivindicarmos os pronomes femininos e habitarmos esse lugar não estando “boneca” ou feminina o suficiente, é endossar a transfobia estrutural, que não mede somente passabilidade quando, segundo o “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022” organizado por Benevides (2023), assassina em média 121 mulheres transexuais e travestis por ano. É colocar nas costas das pessoas trans a transfobia da qual elas próprias são vítimas, é reforçar o padrão cisgênero capaz de ser tão violento e voraz quanto o padrão que nos fez abdicar da própria cisgeneridade. É no mínimo acrítico e apolítico. O mesmo podemos aplicar as transmasculinidades e seus processos de pertencimento ao masculino, passável e não passável.

Não é a toa que já atravessamos processos dolorosos dentro mesmo dessa categoria de pessoas a qual pertencemos. Não é raro encontrarmos algumas travestis olhando para pessoas trans e as chamando de ‘DOENTES’. Ou as mulheres transexuais que desejam o redesenho genital olhando para pessoas trans/travestis que não a desejam e classificando-as de ‘VIADINHO AFEMINADO’ como se toda legitimidade estivesse atrelada à relação que se tem com a sua configuração genital. Quantas histórias ouvimos de pessoas trans/travestis que estão há mais tempo no movimento social organizado e que olham com maus olhos o surgimento dessa geração mais atual, barulhenta e cheia de opinião e torcem o nariz para isto? Quase que é possível ouvi-las balbuciar ‘QUEM PENSAM QUE SÃO? QUANDO NASCERAM EU JÁ ESTAVA NA PISTA!’ Embora seja importante lembrar que não estamos nós inaugurando a nada. Toda organização e movimento social tem história, somos muitos e muitas ancestrais na batalha. O conhecimento e legitimidade destas existências que nos antecederam no entanto não deve servir para hierarquizar posicionamentos nem opiniões ante aos desafios que se apresentam! (Tonhon, 2016).



A transfobia não passa por todos os corpos da mesma maneira, nem escolhe os seus alvos com a mesma intensidade, neste processo existem nuances e interseccionalidades múltiplas envolvendo raça, classe, território, acesso etc. No entanto, a desconfiguração de uma violência estrutural não ocorre dando a ela um acordo de paz normativa selado na execução de violência e punição de outros corpos considerados desertores desse sistema. É certo que se trata de uma comunidade múltipla e que por isso necessita ser tratada com a pluralidade que reivindica, quando a cisgeneridade por si só é um modelo esmagador que vibra homogeneidade. “Há tensões, não há exatamente um consenso. Não somos uma categoria única de pessoas” (Tonhon, 2016).

5 A transição

A liberdade de gênero e sexual não pode ser de forma alguma uma distribuição mais equitativa da violência, nem uma aceitação mais pop da opressão. A liberdade é um túnel que se cava com as mãos. A liberdade é uma porta de saída. A liberdade – como esse novo nome pelo qual vocês agora me chamam, ou esse rosto vagamente hirsuto que veem diante de si – é algo que se fabrica (Preciado, 2022, p. 23).

Quem te lia quando você não tinha escrito uma única palavra, quem te ouvia quando você não cantava, quem te via quando você não se enxergava? Quem estava na barca remando para a sua travessia? Quem te ajudou a ler o movimento dos ventos, o norte do mar, a erguer as velas e ir além da terra firme? Quem entregou a você um olhar de acolhimento, um olhar de aliança, em meios aos cacós e buracos daquilo que nos forçam a ser? Quem te ajudou a construir esse templo – corpo – morada que insurge contra o regime da diferença sexual? Certamente você se lembrará que não nascemos prontas, nem ao menos nascemos assim, livres.

Eu tinha medo das pessoas que sabiam quem eu era, quando nem mesmo eu sabia. Porque de alguma forma eu acredito que nós – mas nem todes nós, tentando suprimir isso de generalizações que reforçam o que estamos tentando destruir – desenvolvemos saberes que ultrapassam os limites das demarcações da cisgeneridade e da heterossexualidade. Uma visão de águia, ou um passe de terreiro, que recai sobre o corpo, mas que vai além do corpo e aqui quero insurgir a pergunta: quem te lia quando nem você se lia? Quem te lia como um corpo trans quando você nem mesmo sabia o que era trans? Quem te ajudou a tatear essa estrada escura onde não vemos o fim ou sequer os rastros?

Porque há sempre alguém que olha para a gente transvendo o que a gente mesmo nem sabe que é, ou no fundo sabe, mas ainda não incorporou, por completo. Porque incorporar é isso, começar a sentir o calor, um outro calor, tempos atrás, é deixar vir e manifestar. É morar na travessia, uma transmutação que não se encerra, inacabada, que está em constante formulação. E



quando chegamos a algum lugar de deslocamento, porque não há como falar que a transição tem um fim, ela é eterno movimento, quando adquirimos uma consciência daquilo que somos. Como olhamos para as muitas, muitos e muitos de nós que ainda caminham por essa rua escura?

Porque me parece que isso de nascer pronta, de esquecer do caminho, faz com que criemos uma linha, um horizonte, uma fronteira, delimitando os corpos que atravessaram dos que ainda estão do outro lado do rio, e essa imagem correnteza que nos separa, essa corrente de segurança na fronteira, pode ser a transfobia. E então precisaremos nos lembrar como era estar, sem horizonte, do outro lado. Como era pensar que a travessia seria impossível, ou que perderíamos tudo nela, que não sairíamos viva, ou imaginar que ela tivesse um fim, um ponto de chegada, um troféu, um fechamento.

Todos os aspectos terríveis e assustadores da transexualidade dizem respeito não ao processo de transição em si, mas à forma como as fronteiras de gênero punem e ameaçam matar aquele que tenta ultrapassá-las. Não é a transexualidade que é assustadora e perigosa, mas o regime da diferença sexual (Preciado, 2022, p. 43).

Poderia dizer que somos nós contra o mundo, mas mesmo o mundo possui as suas fraturas e frestas. Dizer que somos todes iguais é reafirmar a narrativa que queremos destruir. Porque querem nos colocar num balaio só e esquecem que no despedaçamento de Exu Yanguí, conforme nos rememora Rufino (2019), os 201 pedaços se multiplicam. Já fui violentada por pessoas trans que deslegitimaram a minha identidade. Já fui acolhida por pessoas cis que me viram no além da minha porosidade. O contrário e o inverso também é verdade. E ainda que em suma maioria sejam as pessoas cis a apequenar nossa existência, o mundo tem os seus cacos e suas crateras. E nós não somos todes iguais, não pensamos iguais, não sentimos iguais, não temos a mesma consciência.

Será que vamos esquecer desses embates, e dessas tensões que existem entre nós? Não somos uma categoria passível de assimilação fácil, sem que para isso sejam esquecidas e deixadas muitas outras pessoas para trás. Esse exercício de alteridade com relação a esse outro, a essa outra pessoa trans/travesti que muitas vezes não assimilamos, ela é potente e é nela que eu prefiro investir. Pois me reconecta com as feridas que outrora me habitaram. Outrora sangraram-me os olhos, nesse deserto que é conjugar o verbo NÃO CABER. É como se eternamente estivéssemos a tentar caber numa 'roupa que não nos serve mais' ou então que 'nunca nos serviu' mas que era apenas a que tínhamos disponível (Tonhon, 2016).

E um dia já fui eu a que violentou a minha própria existência. E nas crateras e frestas do mundo fui acolhida por quem nunca sentiu o que eu sentia. Isso é para que eu me lembre de que a violência não age em blocos, ela age em teia, e teia tem os seus buracos e suas ligaduras frágeis. que quando arrebentam se desconectam do propósito e podem formar outras e outras teias. Porque o mundo tem suas cabaças e suas frestas, e nos 201 pedaços de Exu, existem partes que se comem e outras que se multiplicam. Basta esquecer de um único pedaço, que num único passo, existem



mais 201 de novo. É da perseguição desmedida que multiplicamos a nossa força, que conhecemos a resiliência.

6 A assimilação

No livro *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*, o pesquisador Renan Quinalha (2022) narra o surgimento dos primeiros grupos ativistas nos Estados Unidos, em meados de 1950, nomeados de “ativismo homófilo”. A organização intitulada Mattachine Society adotava o termo homófilo substituindo o termo homossexual, com a intenção de enfatizar o amor, o senso de comunidade, e não o sexo. O grupo defendia que a aceitação da sociedade a respeito da homossexualidade viria através de uma postura assimilacionista, mantendo uma ética homossexual disciplinada, moral e socialmente responsável. Os grupos que seguiam essa mesma linha presavam por um ativismo bem-comportado, que justificava a aceitação por repetir padrões de normalidade.

Com efeito, o ativismo homófilo tinha como uma de suas principais bandeiras, ao lado do fim da discriminação no trabalho, a luta pela despatologização da homossexualidade. Na base dessa reivindicação repousava uma ideia de normalidade ou, ao menos, de normalização dos comportamentos homossexuais. Em certa medida, prevalecia uma visão essencialista que recusava a ideia de desvio e reforçava a integração na cultura hegemônica sob a forma de assimilação. Em vez de demarcar diferenças e afastamentos de uma minoria que busca criar uma nova forma de vida, o eixo era afirmar a igualdade e a proximidade com o padrão (Quinalha, 2022, p. 86).

Na contramão da assimilação dos padrões de normalidade e ética disciplinada, a Revolta de Stonewall, ocorrida nos Estados Unidos em 1969, emerge justamente da rebeldia, da capacidade de dar uma resposta à violência, da afirmação da diferença, da emergência das identidades queer, fora da cisgeneridade e da heterossexualidade. A ideia de uma assimilação pelo bom comportamento e pelas manifestações pacíficas deu lugar a uma série de protestos e revoltas contra isso que ecoaram pelo mundo inteiro a respeito dos direitos LGBTQIAP+. Somente através da avalanche de revoltas e protestos foi que as pessoas LGBTQIAP+ tornaram-se visíveis e conquistaram seus direitos através do movimento social organizado. Assim, a tentativa de assimilação não passou de um delírio de querer pactuar com uma norma cisheteropatriarcal que nunca nos concederia direitos e muito menos liberdade.

Em outros termos, a diferença não é algo de que se envergonhar ou que precise ser justificado, mas algo de que se orgulhar. Assim, o objetivo não é mais de descaracterizar, renunciar à especificidade para se diluir na normalidade proposta e impostas pela sociedade. Antes, trata-se de buscar estratégias capazes de colocar em xeque e, no limite, implodir as estruturas que constituem as normas (Quinalha, 2022, p. 86).

Somente através do abandono das estruturas que fazem a manutenção da norma, poderemos



pensar em liberdade de gênero, a tentativa frustrada de assimilação além de não garantir direitos e nem qualquer tipo de liberdade, é ainda um reforço das estruturas que amolam as facas que vão nos matar, um reforço da norma que nos lembrará que nunca seremos “naturais”, “humanas”, pertencentes. Então só há um caminho para subverter essa lógica e ela encontra-se na possibilidade de negar esse projeto de humanidade, normalidade, padronização, de esgarçar as fronteiras e as barreiras, de fraturar a norma que quer nos normalizar, a caixa que quer nos enquadrar, as migalhas que querem nos conceder. Tal qual como exposto nos textos acima, e nas reflexões entre transfobia e cobrança por coerência de gênero e passabilidade, não há dúvidas de que não é através da norma que caminharemos para a liberdade. As inúmeras distintas identidades *queer* incontáveis que se engajaram nas suas revoltas nada pacíficas nos lembram que a liberdade é um bar onde não se podia entrar, pegando fogo. A norma precisa queimar para que possamos continuar existindo e resistindo.

Inconclusões

Hoje, vejo com clareza: se não tivesse sido indiferente ao mundo ordenado e supostamente feliz da norma, se não tivesse sido abandonado pela minha própria família, se não tivesse preferido minha monstruosidade à heteronormatividade social, se não tivesse optado pelo meu desvio de gênero ante a saúde sexual de vocês, eu jamais teria conseguido escapar ... ou, para ser mais preciso, me descolonizar, me desidentificar, me desbinarizar. Ao sair da jaula da diferença sexual, conheci a exclusão e a rejeição da sociedade, mas aceitar a norma teria exigido algo ainda mais desastroso e doloroso: a destruição da minha potência vital (Preciado, 2022, p. 34).

Falar sobre transfobia e não binariedade, sobre as cobranças de coerência entre gênero e passabilidade, não é negar ou esquecer a luta histórica do movimento nacional de travestis e transexuais frente aos inúmeros processos histórico, político, social de conquistas pela despatologização, pelo direito a alterar nome e gênero sem laudos patológicos, pela utilização do nome social e dos pronomes de acordo com o gênero, pela criminalização da LGBTIfobia, pelo direito a ter direitos, pelas políticas públicas, pelas cotas trans, por inúmeros avanços que foram cavados e conquistados a custo de muita luta, manifesto, resistência política, mobilização e organização transcestral.

Falar sobre transfobia e não binariedade é refletir sobre a transfobia para além dos seus aspectos individualizantes e buscar compreender seu caráter estrutural, institucional, recreativo. É compreender que essa luta histórica não se resolve na adequação a uma norma de regulação que tem como parâmetro a régua cisgênera, é entender que nessa comunidade nada uníssona existem e resistem existências múltiplas partindo e caminhando para lugares distintos, é retirar o peso de pensar na possibilidade de roubar espaço, lugar, voz e ampliar o direito a existir para além das bordas e das margens, das configurações biologizantes, da anatomia pressuposta pela correção da disforia, de um entendimento ultrapassado que condiciona e aniquila essa própria comunidade.



O não lugar de gênero é um lugar muito bem mapeado e visível para a cisheteronormatividade, a recusa de um lugar é o aceite a ser uma desertora da norma, um corpo que atravessa e já não está mais no lugar previsível e demarcado do regime da diferença sexual. Não há como dizer que historicamente e ancestralmente homens trans, transmasculinos, mulheres transexuais, travestis, trans não binários não existiam por não existirem os nomes que mapeiam esses territórios conquistados e cavados em meio a invisibilidade. Os corpos desobedientes de gênero cartografaram o seu lugar no mapeamento anticisgênero do mundo, existiram como puderem e viveram borrando os limites binários do que era ou poderia ser um homem e uma mulher. Borraram as regras e pagaram o preço por existir fora delas.

Nesse processo de dor e assimilação das transições de gênero em meio a uma cisgeneridade compulsório é preciso ativar a escuta, a sensibilidade, os saberes de transição. É preciso enxergar além da linha de chegada, é preciso entender o movimento das rupturas do regime monossexual e da diferença sexual que nos trouxeram até aqui, que ainda produzem ideais regulatórios em nossas mentes, que nos coloniza e nos habita, ainda que tenhamos vencido e superado as amarras que deram os nós envolta do nosso corpo. A não binariedade pode também ser uma recusa que abre portas e brechas para que possamos admitir que quem padroniza, mutila e aprisiona não são as múltiplas possibilidades trans de entender-se e anunciar-se uma transcestral do presente, mas a norma que concebe todos os corpos do mundo como corpos cisgêneros. A não binariedade pode ser uma possibilidade de não esquecer que se a transfobia é a negação das vidas trans, a liberdade é a autodeterminação, a expansão, a dissolução da norma, o arrefecimento das fronteiras de gênero e a afirmação da existência.

Referências

AGUILAR, N. Dois Espíritos: gênero e sexualidade em algumas sociedades indígenas americanas. In: DECOSTA, N. M. A. *Blog Sociolocus*. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://sociolocus2.wordpress.com/2017/10/22/dois-espiritos-genero-em-algumas-sociedades-indigenas-americanas/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BENEVIDES, B. *Culturas ao redor do mundo que tem gêneros diversos*. Brasília, DF, 3 jul. 2021. Instagram: @antra.oficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQ3eFzEHinI/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BENEVIDES, B. G. (org.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília, DF: Distrito Drag: ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/>



com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

BENEVIDES, B. G. (org.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília, DF: Distrito Drag: ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BENTO, B. A natureza dos gêneros é não ser natureza. In: *TODOS os gêneros: mostra de arte e diversidade*. São Paulo: Itaú cultural, 2016. p. 7-9. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/publicacao_todos_os_generos_issuu. Acesso em: 14 abr. 2023.

BUENO, W. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DANTAS, L. S. Metodologia da resistência transcestral: pensando gênero a partir da teoria, da vivência e da articulação política. *Rebeh: revista brasileira de estudos da homocultura*, Cuiabá, v. 5 n. 18, p. 106–118, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/14652>. Acesso em: 14 abr. 2023.

LORDE, A. Learning from the 60's. Tradução de Larissa Santiago. *Blogueiras Negras*, [s. l.], 1 mar. 2021. Texto publicado no artigo (1982) Audre Lorde – aprendendo com os anos 60. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/1982-audre-lorde-aprendendo-com-os-anos-60/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RUFINO, L. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

TONHON, M. Tire sua régua cis do meu corpo trans e/ou transfobia nossa de cada dia. *Transfeminismo*, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://transfeminismo.com/tire-sua-regua-cis-do-meu-corpo-trans-eou-transfobia-nossa-de-cada-dia/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

